



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO

Base Legal: Lei Federal nº 14.133/21

1. DO OBJETO: Contratação de pessoa física e/ou jurídica para prestação de serviços de transporte escolar rural contínuo dos alunos da educação básica, da rede municipal de ensino do município de Lagoa Formosa, no 2º semestre do ano de 2026 e dos anos de 2027 e 2028, de acordo com a linha e itinerário estabelecidos por esta secretaria.

1.2. DAS LINHAS, VALORES E QUANTIDADES:

Item	Especificação	Und	Qtd	Valor Unit.	Valor Total
1	LINHA CANJERANA A LAGOA FORMOSA: Fazenda Ebinha do Nego Doido - Fazenda Denis do Nego Doido - Fazenda do Elvis Abóbora - Fazenda Newton do Braz - Fazenda do João de Deus - Fazenda do Adauto - Fazenda do Wilson Fonseca - Fazenda do Devanildo - Fazenda do Mem - Fazenda Evandro do Zé Dedé - Lagoa formosa passando por todas as escolas municipais, estaduais e APAE. Quilometragem/dia: 75,4 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 16 Tipo de veículo: Van	KM	37172,20	R\$ 7,91	R\$ 294.032,10
2	LINHA SUMARÉ A LAGOA FORMOSA: Fazenda Celso do Mané Gonçalves - entrada da Canjerana - Fazenda do Eduardo - Ponto da Nana - Fazenda Maré Mansa - Fazenda Divino da Badia - Fazenda Paulinho do Zé Pão – Fazenda Transmilênio - Fazenda Maria do Elci - Chácara do Livin - Ponto do Bete - Ponto da Carvoeira - entrada do pesque e pague - Lagoa Formosa passando por todas as escolas municipais, estaduais e APAE. Quilometragem/dia: 110,6 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 28 Tipo de veículo: Micro-ônibus	KM	54525,80	R\$ 7,28	R\$ 396.947,82
3	LINHA PONTAL A MONJOLINHO: Fazenda Dr. Marcos – Fazenda Marcos do Joaquim Lucas - Fazenda Eudésio - Fazenda do Antônio Calisto - entrada Fazenda do Fabim / Fazenda Antônio Cassiano - Fazenda Nelsão - Venda do Zé Caetano - Fazenda Gustavo - Monjolinho de Minas passando pelas 2 escolas. Quilometragem /dia: 69,6 km (considerando um dia de transporte do integral) Turno: Matutino (1x na semana - integral) / Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 28 Tipo de veículo: Micro-ônibus	KM	34312,80	R\$ 9,90	R\$ 339.696,72



PREFEITURA DE
LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

4	LINHA CAPÃO DAS CANOAS A LAGOA FORMOSA: Fazenda Pedro Simão - Fazenda Nego do Vivi - Fazenda Batista do Nego - Fazenda Nenenzinho - Fazenda Dair Catarina - Fazenda Vivaldo do Criolo - Fazenda Amarildo - Ponto do Grilo - Fazenda do Ademir Abedias - Ponto do Omar - Ponto do Alaor - Fazenda Pedro Culica – Fazenda Júnio do Dão Adolfo - entrada Fazenda São Francisco - entrada da Fazenda Mirim do Zeca - Capela do Sinhá - Lagoa Formosa passando por todas as escolas municipais, estaduais e APAE. Quilometragem/dia: 90,2 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 37 Tipo de veículo: Ônibus	KM	44468,60	R\$ 7,90	R\$ 351.301,94
5	LINHA SERALHA A LAGOA FORMOSA: Fazenda do Gilmar - Fazenda Bartinho - Fazenda Bastião do Tõe Rita - Fazenda Erasmo - Fazenda Dirceu Coronha - Fazenda Xará Magalhães - Fazenda Paulinho da Izaura - Fazenda do Zé Divino - Lagoa Formosa passando por todas as escolas municipais, estaduais e APAE. Quilometragem/dia: 65 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 28 Tipo de veículo: Micro-ônibus	KM	32045,00	R\$ 9,63	R\$ 308.593,35
6	LINHA JUREMA A MONJOLINHO: Fazenda do Paulo - Fazenda Didi - Fazenda Têlio - venda Geraldo Linhares - Fazenda Jean - Fazenda Aécio - Fazenda Tiago - Fazenda Toenzinho do Zé Juca - entrada da Fazenda Leilo do Santarém/ - Bar do Índio – Monjolinho de Minas passando nas 2 escolas. Quilometragem/dia: 58,2 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 28 Tipo de veículo: Micro-ônibus	KM	28692,60	R\$ 11,45	R\$ 328.530,27
7	LINHA ZE DOIDÃO A MONJOLINHO: Fazenda Roberto Moreira - Fazenda Lazinho - Fazenda André - entrada Fazenda do Cezinha - Fazenda Rodrigo - Fazenda do Zé Ferreira - antigo Pesque Pague GG - entrada da Fazenda Celso Pinheiro - Fazenda Zacarias Coelho - Grupo da Cabeceira - Fazenda do Zé Adão - Fazenda do João da Nita – Monjolinho de Minas passando nas 2 escolas. Quilometragem /dia: 63,2 km (considerando um dia de transporte do integral)	KM	31108,30	R\$ 9,66	R\$ 300.506,18



PREFEITURA DE
LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

	Turno: Matutino (1x na semana - integral) / Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 28 Tipo de veículo: Micro-ônibus				
8	LINHA 3 PONTES - BAÚ DE BAIXO - MONJOLINHO: Fazenda 3 Pontes - Fazenda Zé Renato - Fazenda do Élcio - Fazenda Osni - Fazenda do Romero - Fazenda Tõe do Nelson - Fazenda Cleitinho - Fazenda Leonardo – Monjolinho de Minas passando nas 2 escolas. Quilometragem /dia: 60,4 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 15 Tipo de veículo: Kombi ou Van	KM	29777,20	R\$ 11,35	R\$ 337.971,22
9	LINHA MATA BURROS DOS FONSECA A LAGOA FORMOSA: Fazenda do Ronaldo Eugênio - Fazenda da Evellyn - Fazenda da Livia - Fazenda do Baixinho - Fazenda do Marmita - morro dos tomates - Fazenda do João Pitanga - Fazenda do Tote - Fazenda do Mem - Lagoa Formosa passando por todas as escolas municipais, estaduais e APAE. Quilometragem /dia: 71,4 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 28 Tipo de veículo: Micro-ônibus	KM	35200,20	R\$ 7,90	R\$ 278.081,58
10	LINHA APARECIDO CAETANO A MONJOLINHO: entrada da Fazenda Geraldo Jovino - entrada da Fazenda Ademar Jovino - entrada da Fazenda Zé Marieta - entrada da Fazenda Zé Neném - entrada da Fazenda Gerso do Gasparzinho - Fazenda Pelé - Fazenda Adão da Folia - entrada da Fazenda Paulinho do Zé Magalhães – Monjolinho de Minas passando nas 2 escolas. Quilometragem /dia: 37,9 km (considerando um dia de transporte do integral) Turno: Matutino (1x na semana - integral) / Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 9 Tipo de veículo: Kombi ou Van	KM	18684,70	R\$ 12,79	R\$ 238.977,31
11	LINHA GENGIBRE A MONJOLINHO: Fazenda Marcio do Adão Pinheiro - Fazenda Leôncio Cabrito - Fazenda Sabiá - Fazenda Fabinho - Fazenda Pedro Maciel - Fazenda José Oscar - Fazenda Arnaldo Duca - Monjolinho de Minas passando nas 2 escolas. Quilometragem /dia: 37,6 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 28	KM	18536,80	R\$ 12,57	R\$ 233.007,58



PREFEITURA DE
LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

	Tipo de veículo: Micro-ônibus				
12	LINHA CAMPO ALEGRE A LAGOA FORMOSA: Fazenda Clênio do Valdison - entrada da Fazenda Arco Iris - entrada da Fazenda Deco - entrada da Fazenda Élcio Mãozinha - Entrada da Fazenda do Tõezinho - entrada da Fazenda Querência (Gê) - entrada da Fazenda Querência (André do Gê) - Fazenda Márcio do Vardo do Juca - Fazenda Líbio - Fazenda Capivara - entrada da Fazenda Kubu (Rodovia do Campo Alegre) - Lagoa Formosa passando por todas as escolas municipais, estaduais e APAE. Quilometragem /dia: 72 km Turno: Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 37 Tipo de veículo: Ônibus	KM	35496,00	R\$ 8,90	R\$ 315.914,40
13	LINHA MAURI VICENTINHO A MONJOLINHO: Fazenda Mauri do Vicentinho - Fazenda Rodrigo do Mauri - Fazenda Dona Josefa - Fazenda Geraldo José - Fazenda Orlanda do Gino Estevão - Fazenda da Ricardina - Fazenda Júnio do Adélio Fonseca - entrada da Fazenda Adélio Fonseca - Fazenda Fabrício do Geraldo do Zé Duca - Fazenda do Zé Duca - Fazenda Mata-burros (Geraldo José) - entrada da Fazenda Zé do Mané João - entrada da Fazenda Jader - Fazenda Ivan do Abel Fernandes - Fazenda do Gercinão - Venda do Beco – Monjolinho de Minas passando nas 2 escolas Quilometragem /dia: 78,4 km (considerando um dia de transporte do integral) Turno: Matutino (1x na semana - integral) / Vespertino Capacidade mínima de passageiros: 37 Tipo de veículo: Ônibus	KM	38651,20	R\$ 9,30	R\$ 359.456,16
Total: R\$ 4.083.016,63					

1.3 JUSTIFICATIVA PARA INVIABILIDADE DE DIVISÃO EM LOTES EXCLUSIVO PARA ME/EPP:

Apesar de o valor estimado das linhas de transporte escolar rural superar R\$ 80.000,00, não é possível reservar 25% do objeto para microempresas ou empresas de pequeno porte, uma vez que a divisão das rotas em sub-lotes se mostra técnica e economicamente inviável. Cada linha corresponde a um itinerário único e contínuo, não sendo possível fragmentar o transporte de alunos sem comprometer a eficiência, a segurança e a economicidade do serviço. A tentativa de separar grupos reduzidos de estudantes entre diferentes prestadores acarretaria duplicidade de veículos em trajetos semelhantes, aumento de custos e risco de descontinuidade do atendimento, especialmente em localidades com poucos alunos. Dessa forma, a contratação deve ser realizada por linha completa, conforme estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, em consonância com o disposto nos arts. 49, Inciso III da Lei Complementar nº 123/2006, que autorizam a não divisão em lotes quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.



2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Constituição Federal (art. 208, VII), o Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 54, VII) e a LDB (art. 4.º, VIII) - meta 17 do Capítulo do Ensino Fundamental do Plano Nacional de Educação, estabelecem a necessidade de atendimento ao educando, em todas as etapas da Educação Básica, através da implementação de programas de transporte escolar gratuito. Entende-se por transporte escolar, o transporte de estudantes de um determinado ponto de origem, normalmente próximo de sua residência, à escola em que está matriculado, considerando o georreferenciamento, bem como o sentido inverso, da escola ao ponto de origem da viagem.

Diante da realidade que se vive, em que a desigualdade social muitas vezes dificulta a sua permanência do aluno na escola, o transporte escolar surge como fator essencial de acesso e permanência à educação.

Considerando que a Secretaria Municipal de Educação oferta o transporte escolar de forma continuada e que a falta do mesmo causaria grandes prejuízos pedagógicos aos alunos moradores das zonas rural, onde o serviço é prestado, faz-se necessário a solicitação da contratação de empresa (s) para a prestação deste serviço, pois, em hipótese alguma, os alunos podem ficar sem a oferta do mesmo.

Com o intuito de garantir direito fundamental da criança e do adolescente em ofertar de forma continuada e gratuita o serviço de transporte escolar, oportunizando o acesso e a permanência do aluno à escola, conforme dispõe o Art. 11, inciso VI da Lei nº 14.862 de 27 de maio de 2024, e ainda atender as necessidades de Transporte Escolar dos alunos matriculados nas Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal e Estadual do Município de Lagoa Formosa, como também aos professores e servidores que necessitam de transporte rural, pretende com esta contratação atender os alunos da rede pública da área rural e de risco que necessitam utilizar o transporte para serem conduzidos até as unidades escolares, bem como o retorno para suas residências. Necessário se faz à referida contratação, pois o Município não dispõe de veículos suficientes para executá-lo. Assim, torna-se necessária e imprescindível à contratação de empresa especializada no ramo, para atender essa demanda citada acima, conforme linhas pré-definidas pelo Setor de Transporte Escolar desta Secretaria.

O deslocamento dos alunos matriculados nas escolas da rede municipal e estadual de ensino público, professores e servidores administrativos residentes na Zona Rural se darão no turno matutino e vespertino para as escolas situadas na Zona Urbana. O transporte abrange quaisquer escolas localizadas nas áreas de difícil acesso.

3. DA ESPECIFICIDADE DO OBJETO

3.1. Prestação de serviços de transporte escolar em atendimento a:

3.1.1. Alunos da Rede Pública Municipal – matriculados no Ensino Fundamental na zona rural do Município de Lagoa Formosa;

3.1.2. Alunos da Rede Pública Estadual – matriculados no Ensino Fundamental e Médio residentes na zona rural do Município de Lagoa Formosa;

3.1.3. Acompanhantes de Alunos - nos casos em que houver comprovada necessidade de acompanhamento, mediante justificativa e comprovação apresentada através de laudo médico, psicológico ou psiquiátrico, poderá haver inclusão de acompanhantes de alunos com deficiência física, sensorial ou mental, cabendo à Secretaria Municipal de Educação emitir a autorização ou convocação;

3.1.4. Alunos da Educação Infantil (1º e 2º períodos) – residentes na zona rural e matriculados nos Centros de Educação Infantil (municipais ou filantrópicos) e Escolas Municipais, sempre que possível respeitando os limites do Distrito em que residem;

3.1.5. O aluno usuário do serviço de transporte escolar ofertado pelo Município de Lagoa Formosa poderá se deslocar de 500 m até 1,0 Km do seu local de residência até o ponto de embarque determinado pela Secretaria Municipal de Educação;

3.1.6. Quando houver, no trajeto percorrido pelo aluno até o ponto de embarque, obstáculos físicos como rodovias, rios, fundos de vale ou outros que obrigam o aluno a utilizar trajeto alternativo mais longo, ou quando houver ausência de acessibilidade arquitetônica ao longo do trajeto e/ou barreiras impeditivas ao exercício do direito de ir e vir com independência e autonomia, a Secretaria Municipal de Educação, juntamente com o ente Estadual, realizará avaliação do caso podendo ajustar a distância do local de residência até o ponto de embarque para menor de 500 m.



3.1.7. O transporte escolar será ofertado apenas da localidade de residência do aluno até a unidade escolar onde o mesmo esteja matriculado, não sendo permitida a utilização do serviço para outros destinos.

4. CRITÉRIOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E CONSIDERAÇÕES GERAIS

4.1. O serviço objeto desta licitação será executado de acordo com a determinação da Secretaria Municipal de Educação, no transporte obrigatório de alunos das escolas municipais, devendo os veículos e seus condutores atender a legislação pertinente e às normas deste edital.

4.2. Os contratados somente poderão executar os serviços mediante autorização (Ordem de Serviço) emitida pelo setor encarregado de gerenciamento, sendo que quaisquer serviços aferidos sem autorização ou incompatível com a rota pré-estabelecida não serão consideradas pela contratante.

4.3. O contratado se obrigará a manter um número adequado de veículos, de acordo com a legislação pertinente, em perfeito estado de manutenção e funcionamento, condutores e outros funcionários necessários, de forma a não comprometer o perfeito andamento da execução dos serviços, não acarretar atrasos nos horários e não colocar em risco a integridade física dos estudantes transportados, como de rigor;

4.4. O horário de atendimento será de acordo com o horário de atividades da unidade escolar a ser atendida, considerando-se o percurso a ser executado;

4.5. Respeitados os critérios fixados no presente edital, os veículos atenderão a qualquer escola da rede municipal e estadual de ensino, conforme a conveniência administrativa da contratante;

4.6. Na ocorrência de quaisquer defeitos (mecânico, elétrico ou de ordem legal) que o veículo vier a apresentar, ou ainda, por quaisquer outros motivos que fique impossibilitado de trafegar, será providenciada, pelo contratado, a imediata substituição deste junto à Secretaria Municipal de Educação.

4.7. O planejamento, a coordenação, a fiscalização e a definição das rotas, para a correta prestação dos serviços ficarão a cargo da Secretaria de Educação;

4.8. Eventualmente, poder-se-á permitir a participação da contratada em assuntos inerentes ao planejamento e/ou coordenação, o que não caracterizará alteração contratual ou direito adquirido para quaisquer das partes;

4.9. A contratada deverá, em caráter eventual, disponibilizar veículos para atividades extra – turno, desde que previamente autorizadas pela Secretaria de Educação, inclusive aos sábados, domingos ou feriados, quando for o caso;

4.10. O contratado deverá manter os veículos em bom estado de conservação e higiene, bem como todos os equipamentos necessários à segurança dos mesmos e das pessoas transportadas.

4.11. O licitante que participará do processo licitatório deverá emitir declaração de que tem plenos conhecimentos da rota que ofertar proposta e que possui veículo adequado para a prestação dos serviços.

4.12. Os serviços serão inspecionados (qualitativa e quantitativamente) durante sua execução.

4.13. Os usuários poderão denunciar irregularidade na prestação dos serviços.

4.14. O veículo ora contratado, destina-se exclusivamente ao transporte de alunos e seus pertences escolares, não podendo transportar: pessoas, objetos e/ou cargas de qualquer natureza

4.15. Aos veículos a serem contratados, **poderão ser instalados** a qualquer momento em que vigorar o contrato, os serviços de rastreamento veicular, a critério da Administração Municipal, sendo esse serviço a transmissão e recepção de informações de telemetria, monitoramento e rastreamento veicular, utilizando tecnologia AVL (Vehicle Location, ou seja, Localização Automática de Veículos) baseada em GPRS e GSM (General Packet Radio Services, ou Serviços Gerais de Pacote por Rádio), ou similar, com sistema Localizador Automático de Veículos- AVL (rastreador de veículos), com todos os recursos necessários à sua completa operação, observando que este serviço em caso de ausência de sinal GPS deverá instantaneamente ativar o sistema de gravação em memória não volátil.

4.16. Os veículos deverão ser aprovados em vistoria para uso em transporte escolar em Instituição Técnica Licenciada (ITL) a cada 6 meses, assegurando as devidas condições documentais dos itens de segurança e documentos do veículo, assim como a segurança dos passageiros.

4.17. Serão aceitos veículos com, no máximo, 20 (vinte) anos de fabricação, contados a partir da data de sua fabricação, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.491, de 22 de maio de 2026. Os veículos que não atenderem a esse requisito terão prazo até 19 de outubro de 2026 para adequação, sob pena de impedimento da prestação dos serviços após essa data.



5. ROTAS/LINHAS/ITINERÁRIOS

A identificação da rota, assim como a respectiva descrição consta no Item 1 deste Termo de Referência.

6. VEÍCULO

6.1. Deverão ser utilizados veículos, de acordo com a Lei 9.503/97-CTB (Código de Trânsito Brasileiro) que somente poderão circular nas vias com autorização emitida por órgão competente. Os tipos de veículos constam no Item 1 deste Termo de referência, variando conforme o número de alunos de cada rota.

6.2. O veículo deve possuir:

- Cintos de segurança em boas condições e para todos os passageiros.
- Seguro contra acidentes.
- Registrador de velocidade (tacógrafo).
- Apresentação diferenciada, com pintura de faixa horizontal na cor amarela nas laterais e traseira, contendo a palavra Escolar na cor preta.
- Autorização especial, expedida pela Divisão de Fiscalização de Veículos e Condutores do Detran ou pela Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran). A autorização deve estar fixada na parte interna do veículo, em local visível.

7. ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO NO QUANTITATIVO DE USUÁRIOS:

Considerando que o quantitativo de usuários especificado constitui apenas uma estimativa máxima, sendo o mesmo flexível, pois os alunos residentes na zona rural ou urbana frequentemente mudam de residência, o que acarreta inclusão ou exclusão de usuários e outras situações afins, havendo a necessidade de troca do veículo utilizado por outro de capacidade maior ou menor, deverão ser observados os procedimentos descritos neste Termo de Referência.

8. ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO NO QUANTITATIVO DE QUILOMETRAGEM:

Considerando que a quilometragem especificada constitui apenas uma estimativa, sendo a mesma flexível, pois os alunos residentes na zona rural ou urbana frequentemente mudam de residência na mesma área ou para as proximidades dela, fato este que acarreta alterações em trajetos, exclusão, fusão ou inclusão de novos itinerários e outras situações afins, deverão ser observados os procedimentos descritos neste Termo de Referência.

9. NORMAS E EXIGÊNCIAS CONFORME GUIA DO TRANSPORTE ESCOLAR DO FNDE – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

O condutor, deve ter:

- Idade superior a 21 anos.
- Habilitação para dirigir veículos na categoria D.
- Ter sido submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para transporte de alunos.
- É preciso que esteja em dia com exame toxicológico, de amplo espectro de detecção
- Ter se formado em curso de Formação de Condutor de Transporte Escolar
- Possuir matrícula específica no Detran.
- Não ter cometido infrações graves ou gravíssimas, tampouco ser reincidente em infrações médias nos últimos doze meses.

10. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

- Manter afixados na parte interna do veículo e em local visível a todos os usuários o selo de vistoria contendo a data da vistoria e sua validade;
- Executar o serviço de modo satisfatório e de acordo com as determinações do Município;
- Ficará a critério da Contratante, exigir a troca de veículos e/ou motoristas que não atenderem ao padrão dos serviços contratados;
- Cumprir os horários e itinerários fixados pelo Município;
- Iniciar os serviços após a assinatura do contrato;
- Responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao Município ou a terceiros por sua culpa ou dolo;
- Submeter os veículos a vistorias técnicas determinadas pelo Município;
- Manter os veículos sempre limpos e em condições de segurança;



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

- Em caso de acidente envolvendo o veículo contratado ou por quaisquer danos causados ao CONTRATANTE, aos alunos ou a terceiros, por dolo ou culpa, serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA;
- Buscar os alunos nos locais determinados pelo CONTRATANTE;
- Todas os alunos transportados devem estar com cintos de segurança;
- Deve ser respeitado o número máximo de passageiros permitido para o veículo;
- Proceder vistorias no veículo, diariamente, quanto aos seguintes itens:
 - Sistema de freios;
 - Sistema de embreagem;
 - Limpadores de para-brisas;
 - Funcionamento de cintos de segurança;
 - Calibragem e estado de conservação dos pneus;
 - Sistema elétrico;
 - Óleo do motor;
 - Ventilação ou ar condicionado;
 - Abastecimento.
- Periodicamente, devem ser efetuadas as revisões obrigatórias determinadas pelo fabricante dos veículos contratados.

11. EXIGÊNCIAS CONTRATUAIS

Para a concretização do Termo Contratual, os licitantes classificados em primeiro lugar deverão apresentar toda a documentação exigida pela Secretaria Municipal de Educação, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, após a homologação, para realização das vistorias.

11.1. Lista de Documentos

11.1.1. Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) de todos os veículos, em nome da empresa ou licitante vencedora da licitação. Caso o CRLV não esteja em nome da pessoa física/empresa vencedora do certame, também deverá ser apresentado o contrato de locação, arrendamento, Leasing ou equivalente, bem como uma Declaração de Permissão de Uso emitido pela empresa proprietária relativo ao exercício corrente. O veículo deverá estar registrado como veículo de passageiro de acordo com a Lei 9.503/97-CTB (Código de Trânsito Brasileiro).

11.1.2. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA em vigor (original e xerox);

11.1.3. Seguro Obrigatório atualizado e válido - (original e xerox), se for o caso;

11.1.4. Vistoria mecânica do veículo efetuada por empresa credenciada ao INMETRO/DENATRAN. Validade da vistoria mecânica não podendo ser superior a 06 (seis) meses consecutivos, contados da data de realização da vistoria;

11.1.5. Certificado de cronotacógrafo;

11.1.6. Apólice de Seguro contra acidentes com cobertura de Morte Acidental, Invalidez Permanente Total e/ou Parcial por Acidente, Despesas Médicas e internações – Hospitalares e Odontológicas, Despesas com funeral.

11.1.7. Comprovante de quitação das parcelas de pagamento da Apólice de Seguro de Vida, Acidentes Pessoais e Passageiros (APP) e de Responsabilidade Civil contra Terceiros (RCF-V). Esse comprovante deverá ser apresentado mensalmente enquanto houver parcelas em aberto

11.1.8. Consulta Consolidada do Veículo emitido pelo DETRAN, demonstrando a inexistência de débitos de IPVA, Seguro DPVAT e Licenciamento Anual, atualizada e válida.

11.1.9. Possuir autorização para o serviço de transporte escolar.

11.1.10. Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo categoria “D” ou “E” do condutor (proprietário) do veículo, com inscrição no verso no campo Observação: “Hab. Escolar”;

11.1.11. RG e CPF;

11.1.12. Comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias, ou declaração de domicílio de próprio punho, datada

11.1.13. Certidão de Prontuário do Condutor portador da CNH ou “print” da CNH (internet ou CIRETRAN) comprovando a inexistência de infrações gravíssimas, graves ou reincidência em infrações médias nos últimos 12 (doze) meses



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

11.1.14. O condutor cuja a CNH tenha sido emitida em outra unidade da federação que não seja Minas Gerais, deverá apresentar Certidão Negativa de Pontuação, Suspensão e cassação de CNH emitida pelo Detran de Origem.

11.1.15. Apresentar certidão de verificação de antecedentes criminais em âmbito Estadual e Federal, devendo ser negativo

11.1.16. Fotocópia do exame toxicológico

11.1.17. Declaração de Motorista Autônomo (se for o caso). Documentos do monitor (se houver inclusão do mesmo):

- Fotocópia de documento de identificação onde comprove ser maior de 18(dezoito) anos;
- Certidão Negativa de Registro de Distribuição Criminal (antecedentes criminais ou Certidão Negativa de Registro de Distribuição Criminal (antecedentes criminais) emitida pelo fórum da Comarca da residência dos últimos 05 (cinco) anos;
- Certificado de conclusão de Curso Especializado de Monitores do Transporte Escolar.

12. FASE DE HABILITAÇÃO

Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei federal nº 14.133/21.

A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou sistema equivalente utilizado pelo Município.

A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe ou sistema equivalente utilizado pelo Município, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas (02) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

A verificação da habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

Os licitantes deverão encaminhar, os seguintes documentos relacionados abaixo, para fins de habilitação:

12.1. PESSOA JURÍDICA

A. Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou; Em se tratando de micro empreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual - **CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br, ou;

- **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, ou;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

B. Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90(Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

C. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

D. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

E. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

F. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

G. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

H. Certidão negativa de falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

I. Atestado de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação**, observando-se que tal(is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço (s);
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

12.2. PESSOA FÍSICA

A. Comprovante de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

B. CNH – Mínimo Categoria “D” – CETE/Hab Escolar.

C. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

D. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada.

E. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada.

F. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com de negativa, nos do Título VII-A da Consolidação das Leis Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

G. Atestado de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação**, observando-se que tal(is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço (s);
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

12.3. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS)

A. Declaração Conjunta;

B. Declaração de ME/EPP (se for o caso);

C. Declaração Formal de Pleno Conhecimento da Rota que ofertar proposta e que possuir veículo adequado para prestação do serviço;

D. Declaração Motorista Autônomo.



PREFEITURA DE **LAGOA FORMOSA**

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

12.4. Para a pessoa jurídica, o objeto social descrito no ato constitutivo referente às alíneas A deste item (6.7.2) deverão possuir ramo de atividade compatível ao objeto deste edital.

12.5. Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo(a) Pregoeiro(a), mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante;

12.6. Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital;

12.7. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação;

12.8. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Equiparadas, fica concedido um prazo de 05 (Cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro e equipe de apoio, nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014; O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.9. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização;

12.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

12.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

12.12. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis;

12.13. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes;

12.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor;

12.15. As Certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.

13. SOBRE A VISTORIA:

13.1. A vistoria nos veículos deverá ser executada pelo órgão competente, por agentes próprios ou por terceiros por ele designados e credenciados pelo INMETRO/DENATRAN;

13.2. Os equipamentos medidores tais como tacógrafos e velocímetros, deverão ser aferidos e lacrados pelo INMETRO.

13.3. Na hipótese de ocorrência de acidentes que comprometam a segurança do veículo, o permissionário, depois de reparadas as avarias e antes de colocar o veículo novamente em tráfego, deverá submetê-lo à outra vistoria, como condição imprescindível para sua liberação.

13.4. Não será permitida a troca de veículo proposto na licitação até a assinatura do contrato, exceto em caso de furto, roubo, acidente ou destruição total, comprovado através de Boletim de Ocorrência.

13.5. Neste caso, o outro veículo também deverá atender às exigências desta licitação, comprovadas através de processo administrativo (documentação e vistoria).

13.6. Completada (s) a (s) vistoria (s) de cada licitante vencedor, a Secretaria Municipal de Educação solicitará a elaboração do **CONTRATO** com a respectiva licitante.

13.7. Caso o licitante almeje após a assinatura do contrato realizar a (s) troca (s) do (s) veículo (s), deverá solicitar à Secretaria Municipal de Educação.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



PREFEITURA DE **LAGOA FORMOSA**

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

- 14.1. Fiscalizar e acompanhar a execução da prestação dos serviços conforme Item 3 deste Termo de Referência, podendo suspendê-la, quando a mesma não estiver dentro das normas específicas;
- 14.2. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações através de notificação a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para correção de quaisquer irregularidades encontradas, prestando os esclarecimentos e informações sobre os desajustes ou problemas encontrados na execução dos serviços;
- 14.3. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos serviços e as cláusulas contratuais;
- 14.4. Fornecer e rever os itinerários para a execução dos serviços sempre que necessário;
- 14.5. Solicitar, sempre que preciso, o veículo contratado para vistorias e outras verificações que se façam necessárias;
- 14.6. Responsabilizar-se pelas providências quanto as reclamações e sugestões de usuários, diretores, comunidade, motoristas e monitores;
- 14.7. Efetuar o pagamento mensal à CONTRATADA no prazo ajustado, desde que cumpridas todas as exigências constantes na – Nas Condições de Pagamento;
- 14.8. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos serviços que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 14.9. Observar para que acréscimo/supressão no objeto sejam de até 25% do serviço nos processos de otimização das rotas e/ou supressão de trechos, conforme prevê o art. 125 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 14.10. Solicitar o acompanhamento da medição pelo Gestor de Contratos, por servidor designado pela Secretaria Municipal de Educação, quando se fizer necessário;
- 14.11. Garantir que o transporte escolar seja executado pela CONTRATADA na área pertencente ao limite do Município de Lagoa Formosa, com veículos específicos para transporte de escolares, obedecendo a lotação máxima do veículo;
- 14.12. Garantir que os veículos utilizados sejam inspecionados semestralmente em órgão oficial do Município de Lagoa Formosa ou por indicação do mesmo para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
- 14.13. Recusar qualquer veículo apresentado pela CONTRATADA, independentemente do ano de fabricação, se na vistoria houver constatação de que o mesmo compromete a segurança, o conforto ou a confiabilidade dos serviços a que se destina e se não estiver de acordo com as condições técnicas exigidas e com o projeto de execução apresentado;
- 14.14. Solicitar os serviços conforme o Calendário Escolar ou necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Estadual de Educação;
- 14.15. Comunicar oficialmente a CONTRATADA, com antecedência de até 07 (sete) dias corridos, da possível suspensão da prestação dos serviços no período de recesso das unidades escolares;
- 14.16. Comunicar oficialmente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, as suspensões de aulas/expediente, para que não haja prejuízos a CONTRATADA;
- 14.17. Autorizar as inclusões e as exclusões de usuários no serviço de transporte escolar, sendo que, no caso de indisponibilidade de vaga, a autorização para utilização do transporte estará condicionada a formalização de TERMO ADITIVO AO CONTRATO, vez que a capacidade máxima de lotação do veículo ficará extrapolada;
- 14.18. Orientar a CONTRATADA quanto ao fornecimento de dados cadastrais e/ou de pesquisa, conforme suas necessidades.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Gerais:

- a) É de responsabilidade da Contratada qualquer dano ou prejuízo causado às instalações e ao pessoal do Município ou de terceiros, por funcionários ou pertences da CONTRATADA ou seus prepostos, correndo por sua conta exclusiva todas as providências e despesas decorrentes.
- b) Fornecer por sua exclusiva conta, todo material, equipamentos, acessórios e mão de obra que se façam necessários para a execução do objeto.
- c) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação técnica, social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato.



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

d) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato.

e) Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

15.2. Das específicas:

15.2.1. Prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos escolares, conforme estabelecido neste contrato, de modo a satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança e cortesia na sua prestação;

15.2.2. Manter a prestação obrigatória dos serviços contratados durante a totalidade dos dias letivos previstos no Calendário Escolar e alterações informadas pela Secretaria Municipal de Educação;

15.2.3. Responsabilizar e realizar o transporte escolar apenas e tão somente em atendimento a clientela e aos casos descritos no Item 2;

15.2.4. Não permitir embarque de usuário sem autorização da Coordenação do Transporte Escolar, mesmo que a pedido da direção da unidade escolar;

15.2.5. Responsabilizar-se pelos danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, isentando a CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação de qualquer natureza que possa surgir em decorrência dos mesmos;

15.2.6. Tratar com respeito e urbanidade os escolares, os agentes de fiscalização da CONTRATANTE e outros agentes relacionados com o mapeamento das rotas de transporte escolar;

15.2.7. Não permitir o embarque e desembarque dos usuários fora dos locais e horários predeterminados, isentando a CONTRATADA de qualquer custo excedente;

15.2.8. Obedecer aos horários de chegada e partida;

15.2.9. Realizar o percurso de forma que o usuário chegue à escola de destino no mínimo 10 (dez) minutos antes do horário definido para o início das aulas, em cada turno diário;

15.2.10. Fica expressamente proibida de transportar terceiros, bem como objetos, utensílios, animais, entre outros, sob pena de aplicação de penalidades;

15.2.11. Assumir total e exclusiva responsabilidade pelos pagamentos dos tributos de qualquer natureza, taxas, salários de funcionários, contribuições sindicais de funcionários, encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, securitária, indenizatória, comercial e qualquer outro que possa incidir em decorrência da execução dos serviços, inclusive despesas com combustível e manutenção;

15.2.12. Permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer dia e horário, aos veículos do transporte escolar, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos, bem como, apresentar os documentos solicitados;

15.2.13. Viabilizar os recursos materiais e humanos necessários à execução dos serviços;

15.2.1. Cumprir rigorosamente o itinerário contratado, salvo em casos de impedimento da via, justificando posteriormente o motivo do desvio;

15.2.1. Manter os serviços em funcionamento, substituindo o veículo titular por outro com as mesmas características, nas mesmas condições e requisitos determinado pela Contratante, com anuência da Secretaria Municipal de Educação, podendo a mesma autorizar ou vetar o veículo;

15.2.1. Ter pleno conhecimento do trajeto, das condições das vias, dos pontos de embarque e desembarque dos alunos;

15.2.1. Comunicar imediatamente quaisquer ocorrências que possam prejudicar ou dificultar a execução do transporte escolar;

15.2.1. Comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Educação, a necessidade de substituição do condutor ou do veículo, não sendo permitida a execução do contrato de forma diferente do contrato sem a devida comunicação e justificativa antecipada;

15.2.1. Em caso de substituição do motorista, do monitor e do veículo, somente deverá ser feito por profissionais que atendam a todos os requisitos previstos e necessários;

15.2.1. Fornecer dados e informações para os sistemas de informações de gestão, sejam eles municipais, estaduais ou federais, sob forma de pesquisa eventual ou de cadastro sistemático;

15.2.1. Realizar o transporte escolar somente de alunos autorizados e informados pela CONTRATANTE (Coordenação de Transporte Escolar);

15.2.1. Não permitir acréscimo ou exclusão de usuário a pedido da direção da unidade escolar;



PREFEITURA DE **LAGOA FORMOSA**

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

15.2.1. Transportar o usuário sentado dentro do veículo, não sendo admitido, em hipótese alguma, usuários em pé;

15.2.1. Executar a prestação de serviços de acordo com o descrito neste Termo de Referência, sendo que nos casos de modificação ou alteração na execução, para fins de pagamento, as alterações serão considerados apenas após formalização de TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO;

15.2.1. Garantir que o transporte escolar seja executado na área pertencente ao limite do Município de Lagoa Formosa, com veículos específicos para transporte de escolares, obedecendo à lotação máxima do veículo;

15.2.1. Garantir que os alunos não tenham prejuízos pedagógicos, em específico a não oferta do transporte escolar, adotando as providências necessárias descritas neste Termo de Referência conforme for o caso;

15.2.1. Realizar as trocas de veículos somente nos casos e condições descritos neste Termo de Referência;

15.2.1. Responsabilizar-se pelas inspeções semestrais dos veículos nos termos do Artigo 136, da Lei 9.503/97 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, comprometendo-se a sanar as irregularidades, caso surjam, no prazo estipulado pelo órgão competente, sob pena de aplicação das sanções cabíveis (art. 230 do CTB), encaminhando cópia à Coordenação de Transporte Escolar;

15.2.1. Realizar a substituição ou troca de qualquer veículo se na vistoria ou execução do serviço houver constatação de que o mesmo compromete a segurança, o conforto ou a confiabilidade dos serviços a que se destina e se não estiver de acordo com as condições técnicas exigidas e com o projeto de execução apresentado;

15.2.1. Zelar para que os veículos estejam em perfeitas condições, observando as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de serviços de transporte escolar, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro;

15.2.1. Zelar pelas condições de higiene e limpeza dos veículos de transporte escolar, não permitindo o acúmulo de poeira ou sujeira;

15.2.1. A CONTRATADA deverá providenciar às suas expensas:

- a) Zelar para que o motorista esteja devidamente trajado, asseado e de forma apresentável à plena execução do serviço;
- b) Orientar o motorista a denunciar eventuais casos de bullying que porventura estejam ocorrendo no período de execução do transporte escolar;
- c) Orientar Motorista a comunicar à CONTRATANTE qualquer tipo de ocorrência na execução dos serviços;
- d) Orientar Motorista a dar atendimento adequado, bem como, auxílio aos alunos possuidores de necessidades especiais.

15.3. DO MOTORISTA / CONDUTOR DE VEÍCULO

15.3.1. Ao Motorista / condutor ficam expressamente proibidas as seguintes condutas na execução do serviço:

- a) Portar armas de qualquer espécie;
- b) Manter atitudes inconvenientes no trato com os usuários;
- c) Recusar-se a acatar às determinações emanadas da fiscalização do órgão contratante;
- d) Em hipótese alguma poderá descer do veículo deixando o motor ligado;
- e) Fumar ou permitir que qualquer pessoa o faça no interior do veículo;
- f) Executar a atividade de venda em benefício próprio;
- g) Afixar nos veículos quaisquer tipos de faixas, cartazes, adesivos ou outro meio que caracterize “propaganda”;
- h) Permitir a atividade de vendedores ambulantes no interior do veículo;
- i) Apresentar-se em serviço alcoolizado ou sob efeito de substância tóxica;
- j) Executar transporte de passageiros não autorizados pela CONTRATANTE, caracterizando “carona”;
- k) Executar transporte de terceiros, bem como objetos, utensílios, animais, entre outros, sob pena de aplicação de penalidades;
- l) Estacionar o veículo fora dos locais determinados, bem como permitir o embarque e desembarque de alunos fora dos locais predeterminados, exceto em circunstâncias emergenciais;



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

m) Transportar crianças menores de 10 (dez) anos em banco dianteiro (art. 64 do Código de Trânsito Brasileiro e da Resolução do CONTRAN n.º 15/98);

n) Manter qualquer forma de relacionamento individual com os usuários, além daqueles de urbanidade, atenção e camaradagem decorrentes da prestação dos serviços;

o) Transitar ou permanecer dentro das dependências das unidades escolares sem a devida necessidade, justificativa, conhecimento e autorização da direção ou outro servidor responsável pela unidade;

15.3.2. Constituem obrigações do condutor do veículo:

a) Respeitar as normas e determinações disciplinares e colaborar com a fiscalização da entidade gestora;

b) Conduzir-se com atenção e urbanidade;

c) Prestar informações e atender reclamações dos usuários;

d) Prestar socorro aos usuários, em caso de acidente ou mal súbito;

e) Diligenciar na obtenção de transporte para os usuários, em caso de interrupção de viagem;

f) Facilitar o embarque e desembarque dos passageiros, em especial, crianças e portadores de necessidades especiais;

g) Cumprir e orientar a proibição de fumar no interior dos veículos;

h) Manter a ordem no interior do veículo;

i) Preencher corretamente os documentos solicitados pela contratante;

j) Comunicar à Secretaria Municipal de Educação / Coordenação de Transporte Escolar, ou a Direção da escola todo e qualquer ato de indisciplina causado pelos alunos;

k) Ter pleno conhecimento dos itinerários das linhas a serem percorridas;

l) Respeitar os horários, itinerários e pontos de parada;

m) Dirigir o veículo de modo a propiciar segurança e conforto ao usuário;

n) Manter velocidade compatível com o estado das vias, respeitando os limites legais;

o) Evitar freadas ou arrancadas bruscas e outras situações propícias a acidentes;

p) Fechar as portas antes de colocar o veículo em movimento;

q) Conversar com os alunos (a) somente o estritamente necessário;

r) Somente abastecer o veículo quando estiver fora de períodos de execução;

s) Substituir o veículo quando ocorrer indício de defeito mecânico que possa comprometer a segurança de usuários ou de terceiros;

t) Embarcar e desembarcar os usuários somente nos pontos estabelecidos.

16. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

Considerando que os serviços solicitados têm natureza contínua, não podendo ser interrompidos sob pena de causar prejuízos ao Município, com base na Lei 14.133/21, o prazo de execução contratual será de 30 (trinta) meses, contados da data de recebimento da Ordem de Serviços pela (s) CONTRATADA (S), podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes de acordo com a Lei 14.133/21.

17. DAS PENALIDADES

17.1. A CONTRATANTE deverá informar à Coordenação de Licitações e Contratos sobre as ocorrências identificadas, considerando as obrigações contratuais, a fim de que esta tome as devidas providências contratuais;

17.2. No caso de ocorrências na execução deste Contrato, ou ainda de inexecução total ou parcial do mesmo, o CONTRATANTE poderá, garantida a ampla defesa, aplicar à (s) CONTRATADA (S) as sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021;

17.3. A CONTRATADA ficará isenta das penalidades quando comprovado impedimento e ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito, formalmente justificado e aceito pela Administração Pública. Além das já especificadas neste instrumento, sujeita-se a CONTRATADA inadimplente às demais sanções previstas nos Art. 156 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais alterações;

17.4. Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a CONTRATADA apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentada e dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.



18. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

19. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

19.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

19.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021.

19.3. O Coordenador do Transporte Escolar anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

19.4. A fiscalização do contrato do objeto a ser licitado ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação. **Gestor: Ilma Aparecida Marques / Fiscal: Caio Pinheiro de Magalhães.**

20. DO PAGAMENTO

20.1. O valor do pagamento será calculado, multiplicando-se o valor do quilômetro rodado pelo número de quilômetros pago por linha, multiplicando-se o produto deste, pelo número de dias efetivamente trabalhados.

20.2. Entre a data do faturamento e a data do efetivo pagamento, desde que dentro dos prazos citados no presente edital, não haverá compensações financeiras, ou seja, o valor do faturamento permanecerá fixo até o seu pagamento;

20.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, obrigando-se ainda a manter regularmente em dia.

20.4. Somente serão efetuados os pagamentos com as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato; no caso de pessoas física, apresentar o nome do Banco, código da Agência e número da Conta Corrente para efeito de pagamento;

21. DO REAJUSTE

21.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas. Os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação do índice do INPC. O cálculo será realizado imediatamente após a divulgação do índice do INPC referente aos 12 (doze) últimos meses e os pagamentos serão compensados.

21.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

21.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

21.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

21.6. Índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.7. O preço por quilômetro rodado será reajustado anualmente de acordo com o índice IPC da tabela FIPE categoria transporte, conforme dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021. O reequilíbrio econômico financeiro da prestação dos serviços desta licitação será analisado e processado em conformidade com



PREFEITURA DE LAGOA FORMOSA

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

a Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021. Cabe a CONTRATADA apresentar documentos (originais ou autenticados em cartório) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

I. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do serviço, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

II. O reequilíbrio econômico financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

III. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

IV. Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reequilíbrio econômico financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual para a prestação de serviços, uma vez que não se trata de licitação de grande vulto.

23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

As despesas decorrentes com a prestação dos serviços, objeto desta licitação, correrão no exercício de 2026, 2027 e 2028 à conta das seguintes dotações orçamentárias: **Fichas: 150, 151 / Fonte: 500 / CO: 1001.**

24. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Lagoa Formosa/MG, pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas de até 10% do valor do contrato e demais cominações legais, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021, **o ADJUDICATÁRIO que:**

24.1.1. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;

24.1.2. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

24.1.3. Não mantiver a proposta;

24.1.4. Falhar ou fraudar a execução do contrato/instrumento equivalente;

24.1.5. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

24.2. Não será aplicada a multa às empresas remanescentes, em virtude da não aceitação da primeira colocada.

24.3. Pela inexecução total ou parcial da contratação, a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar a CONTRATADA a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no art. 115 da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021, na forma prevista no respectivo instrumento licitatório. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

24.3.1. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência;

24.3.2. 05% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;



PREFEITURA DE **LAGOA FORMOSA**

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG) – 38720-000

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 - Telefone (034) 3824-2000 – e-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

24.3.3. 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o MUNICÍPIO DE LAGOA FORMOSA/MG, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

24.3.4. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO DE LAGOA FORMOSA/MG. Se os valores dos pagamentos devidos não forem suficientes, a diferença será recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da aplicação da sanção;

24.3.5. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa;

24.3.6. As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificadas e comprovadas, a juízo da Administração.

25. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento será o de menor preço por item (menor preço por quilômetro rodado), desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste termo e posteriormente no Edital e seus anexos.

O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

Lagoa Formosa, 09 de junho de 2026.

Carlos Ferreira Braga
Coordenador de Transporte

Ilma Aparecida Marques
Secretária Municipal de Educação